

Relações raciais e formação de professores/as no Brasil: desafios e possibilidades num currículo do curso de Pedagogia

📍 Joana Célia dos Passos, Eduarda Souza Gaudio y Pamela Cristina dos Santos

Resumo

O artigo pretende possibilitar uma discussão acerca das relações étnico-raciais no Brasil e suas implicações nos currículos de cursos de formação de professores/as. Apresenta alguns marcos legais e históricos que reconhecem a educação como esfera estratégica de promoção da igualdade racial, evidenciando a importância dos movimentos sociais na efetivação dessas políticas. Além disso, o presente texto demonstra a proposta de uma disciplina obrigatória, ofertada no curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Santa Catarina, que incorpora a temática das relações étnico-raciais mediante conteúdos e referências negros/as. Para análise dessa disciplina, recorreremos ao questionário de avaliação realizados pelos/as estudantes que responderam acerca das percepções e contribuições das discussões efetivadas. A partir das análises, evidenciamos a relevância atribuída pelos/as estudantes aos debates realizados acerca das categorias de raça, desigualdades, preconceito e gênero de modo a compreender a estrutura racial que organiza a sociedade brasileira.

Palavras-chave:

Relações étnico-raciais, currículo, curso de Pedagogia.

Ethnic-racial relations and teachers training in Brazil: challenges and possibilities in the curriculum of the Pedagogy course

Abstract

The article intends to enable a discussion about ethnic-racial relations in Brazil and its implications in the curriculum of teacher training courses. It presents some legal and historical frameworks that recognize education as a strategic sphere for the promotion of racial equality, highlighting the importance of social movements in the implementation of these policies. In addition, the present text demonstrates the proposal of a compulsory subject, offered in the course of Pedagogy, Universidade Federal de Santa Catarina (Federal University of Santa Catarina), which incorporates the theme of ethnic-racial relations through contents and black references. For the analysis of

Keywords:

Ethnic-racial relations, curriculum, Pedagogy course.

this discipline, we will use the evaluation questionnaire made by the students who answered about the perceptions and contributions of the actual discussions. From the analysis, we highlight the relevance attributed by the students to the debates about the categories of race, inequalities, prejudice and gender in order to understand the racial structure that organizes the Brazilian society.

Relaciones étnico-raciales y formación docente en Brasil: desafíos y posibilidades en el currículo del curso de Pedagogía

Resumen

Palabras clave:
*Relaciones étnico-raciales;
currículo; licenciatura en
Pedagogía.*

El artículo pretende discutir acerca de las relaciones étnico-raciales en Brasil y sus implicaciones en los currículos de los cursos de formación de profesores. Presenta algunas marcaciones legales e históricas que reconocen la educación en el ámbito estratégico de promoción a la igualdad racial, la importancia de los movimientos sociales en la implementación de las políticas. Además, el presente texto nos muestra la propuesta de una cátedra obligatoria ofrecida en la licenciatura en Pedagogía en la Universidad Federal de Santa Catarina, que incorpora la temática de las relaciones étnico-raciales mediante contenidos y referencias de población negra. Para el análisis de la cátedra recurrimos a un cuestionario de evaluación realizado por los/as estudiantes que respondieron sobre las percepciones y contribuciones de las discusiones hechas. A partir de los análisis, nosotros/as evidenciamos la importancia confiadas por los/as estudiantes en los debates hechos sobre las categorías de raza, desigualdad, prejuicios y género a fin de comprender la manera en que la estructura racial organiza la sociedad brasileña.

Introdução

As relações sociais na sociedade brasileira são marcadas por um processo histórico balizado por uma ideologia racial que classifica os sujeitos conforme suas características fenotípicas. Essa perspectiva racial que articula os atributos físicos com a capacidade intelectual das pessoas permeia os modos de constituição das relações entre negros/as e brancos/as no Brasil, assim como influencia a produção teórica e política dos/as intelectuais brasileiros/as.

As implicações dessa ideologia racial são expressas nos dados estatísticos divulgados cotidianamente, revelando as disparidades entre as condições de vida da população negra e branca deste país. A Síntese dos Indicadores Sociais¹ (IBGE, 2017) indica que as pessoas pretas e pardas constituem a maioria da população desempregada do Brasil, além de ocuparem o lugar da maior parcela de trabalhadores/as na informalidade do mercado de trabalho. Sobre a escolarização esses dados são ainda mais impactantes, demonstrando que tanto a frequência quanto o período de conclusão escolar é mais alto para os jovens brancos/as em comparação com jovens negros/as.

Além dos estudos que expressam as desigualdades de acesso e permanência na educação e no mercado de trabalho, os dados do Mapa da Violência² de 2016 mostram que o Brasil ocupa o décimo lugar com maior índice de violência, com uma taxa de 20,7 óbitos por arma de fogo a cada 100 mil habitantes. A seleção racial é o que nos chama atenção nesses dados, demonstrando que os homicídios da população negra duplicaram nos últimos anos, sendo que morrem 2,6 vezes mais negros/as que brancos/as vítimas de homicídios por arma de fogo.

1. A Síntese dos Indicadores Sociais é uma análise das condições de vida da população brasileira baseadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD.

2. O Mapa da Violência é um estudo que foca a temática da letalidade das armas de fogo no Brasil, desenvolvido pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Para maiores informações *cf.*: <https://www.mapadaviolencia.org.br/>

Esses indicadores demonstram que para compreender a sociedade brasileira contemporânea é preciso levar em consideração que raça e racismo estruturam as relações sociais (Gomes, 2012). Assim, entendemos que as desigualdades sociais e raciais, as relações de gênero, de raça, de classe, culturais, religiosas, de poder, dentre tantas outras estão constantemente sendo aprendidas e apreendidas diariamente nas mais diversas esferas da vida social. Aprendizagens que podem ou não ser validadas dentro de instituições de ensino, desde a escola até o Ensino Superior com a formação de professores/as, podendo ainda reforçar os elementos discriminatórios da sociedade ou confrontá-los por meio de práticas pedagógicas libertadoras. Por esses motivos é que defendemos as diversidades de gênero, raça, sexuais e de classe como eixos basilares da formação docente.

Contudo, vale salientar que os espaços institucionais da formação de professores/as, os cursos de formação inicial e continuada, importantes lócus da produção e reprodução da pedagogia, tem apresentado resistências no que se refere a temática étnico-racial. O quadro de análise das questões educacionais tem sido hegemonicamente referenciado pela perspectiva da luta de classes, quando na verdade essas disputas são interseccionais, ou seja, são transpassadas por um conjunto de categorias sociais, entre elas, raça, classe e gênero que produzem modos de análises distintas e variáveis.

Neste contexto, há que se destacar a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vigente (LDB, 9394/96) pela promulgação da Lei Federal que instituiu a obrigatoriedade dos sistemas de ensinos municipal, estadual e federal incluírem no currículo oficial das Redes de Ensino a temática História e Cultura Afro-Brasileira, a Lei 10639, de 9 de janeiro de 2003[i]. De modo específico, a ser concretizado pelo “estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil (Reck, 2013, p. 404)”. Resultado das reivindicações e mobilizações do Movimento Negro, esta Lei vem apresentar possíveis avanços no campo da política curricular e também na construção de uma “escola mais justa”, na perspectiva de Dubet (2008).

Aliado ao dispositivo legal citado acima, o Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer 03/2004, de autoria da profa Dra. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e a Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Fica definido no Art. 2º que:

§ 1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de *atitudes, posturas e valores* que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. (grifos da autora)

§ 2º O Ensino da História e Culturas Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, européias, asiáticas. (Conselho Nacional de Educação, 2004a, p. 31)

O Parecer 3/2004 procura ainda...

oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de

reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada. É importante salientar que tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos. (Conselho Nacional de Educação, 2004b, p. 10)

Temos presente que a construção histórica, social e cultural das diferenças está ligada às relações de poder, aos processos de colonização e dominação. Portanto, falar de diversidade étnico-racial na perspectiva da formação docente implica considerar a construção das identidades no contexto das desigualdades e das lutas sociais, reconhecendo que na sociedade brasileira a diversidade materializa as desigualdades de gênero, raça, orientação religiosa e sexual e identidades sexuais.

Isso não se dará sem tensionamento com aquelas práticas e concepções pedagógicas colonialistas, racistas e conservadoras ainda presentes nas mais diversas instituições de ensino, inclusive as responsáveis pela formação docente na sociedade brasileira. Neste caso, a disposição de professores/as, estudantes e gestores/as em romper com valores e crenças arraigadas numa concepção colonizadora que subalterniza e desvalida conhecimentos que fogem do padrão branco/eurocêntrico/cristão/heteronormativo através das colonialidades (Quijano, 2010).

Ao destacar aspectos do processo histórico de consolidação das perspectivas raciais no Brasil, o presente artigo busca evidenciar os impactos da proposta da educação das relações étnico-raciais transversalizada numa disciplina ministrada no Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina. A partir dessa apresentação dos marcos históricos e legais que legitimam a esfera educacional como elemento estratégico na promoção da igualdade racial brasileira, destacamos em seguida a proposta de uma disciplina que insere a temática da educação das relações étnico-raciais no seu Plano de Ensino, assim como analisaremos dados coletados através da resposta de um questionário de avaliação respondido pelos/as estudantes.

Relações Étnico-Raciais no Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina

O Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina foi o primeiro curso do Estado de Santa Catarina, criado em 1960, vinculado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Desde 2008, o Projeto Político Curricular assume a docência como base na formação do Pedagogo, articulada em torno de três eixos: a. Educação e Infância; b. Organização dos Processos Educativos e c. Pesquisa.³

Orientado por tradições da teoria sociológica e da psicologia sócio histórica sob uma composição que não contemplou a temática das desigualdades étnico-raciais, a não ser de modo muito marginal, o cenário do Curso começa a modificar-se quando em 2004 passa a fazer parte das reuniões do Colegiado de Curso, a convite, um membro representante da organização social do movimento negro, o Núcleo de Estudos Negros/

3. Para maiores informações acessar os documentos institucionais disponíveis no site do Curso de Pedagogia: www.ced.ufsc.br.

SC.⁴ Isto ocorreu mediante a solicitação de participação pela coordenação deste último, com a expectativa de inscrever na agenda do Curso o debate sobre racismo e educação, interpretando a Pedagogia como espaço formativo estratégico para a formação de quadros profissionais para a educação escolar.

Com argumentos ancorados na proposição da Pedagogia Multirracial e Popular, a representação daquele núcleo sustentou ao longo de ao menos 2 anos seguidos –2003 e 2004– sobre a urgência de um Curso de Pedagogia contemplar em suas atividades acadêmicas a crítica aos processos que permeiam o cotidiano das práticas escolares, como também a gestão educacional e as políticas públicas. Com dados e análises substantivas sobre a educação e as relações raciais no Brasil, logrou alcançar a disposição de aprovar no colegiado do curso a indicação de demanda de disciplina a ser ofertada como optativa, posto que as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia estavam em processo de discussão. Embora tal decisão tenha sido tomada ao final de 2004, dada a necessária tramitação burocrático-administrativa, não foi possível inserir tal atividade acadêmica, tomando-se como alternativa a oferta de um curso de extensão configurado em tempo/espaço de modo similar a disciplina –o total de horas foi de 54, o equivalente a 3 créditos, com atividades em encontros semanais de 3 horas–.

Efetivamente, um conjunto de elementos esteve integrado ao panorama do Centro de Ciências da Educação (CED) e da própria universidade no cenário das políticas de promoção da igualdade racial, os quais forneceram combustível para animar e, especialmente, subsidiar a defesa pela formação na ótica do debate das relações étnico-raciais. De um lado, as atividades acadêmicas que continuamente afirmaram temas correlatos, com destaque para o Curso de Extensão Aiyé, Awo - escolas (in)formando escolas sobre linguagem, cultura e história afro-brasileira, financiado em edital interno com duas edições –2004 e 2005–, com o objetivo de dar a conhecer de modo sistemático e aprofundado, o mais amplamente possível, as iniciativas antirracistas já em desenvolvimento nas escolas públicas, voltadas para as temáticas da história e da cultura dos negros brasileiros; a tematização das relações étnico-raciais em todos os eventos de formação interna do curso –intra e extra UFSC–; a articulação com o GT Etnia, Gênero e classe da APUFSC para a proposição de debates sobre as ações afirmativas; o incentivo e fortalecimento de pesquisas por mestrandos/as e doutorandos/as no Programa de Pós-Graduação em Educação e ainda, a participação de docente do CED em todos os fóruns estaduais sobre diversidade e educação e na orientação de duas pesquisas contempladas nos concursos Negro e Educação da Ação Educativa/ANPED/ Fundação Ford.

Embora o número de docentes com atuação em torno da temática tenha sido muito pequeno –aproximadamente 4 docentes desenvolveram ações contínuas de interface–, alcançou-se o reconhecimento necessário para aprovar a oferta da disciplina optativa pelo Departamento de Metodologia de Ensino. A disciplina intitulada *Estudos sobre educação dos negros no Brasil*,⁵ com 4 créditos, passou a atender estudantes de diversos cursos de graduação do segundo semestre do ano de 2005. Um dos aspectos a realçar foi a inserção de docentes das redes públicas como alunos/as com matrícula isolada, modalidade existente para a ocupação de vagas em disciplinas do ensino de graduação. Sua ementa traduz as prioridades num contexto acadêmico em que as análises das questões educacionais ainda primam por privilegiar a dimensão política de classe social, daí a necessidade de informar para reconstruir a leitura do fenômeno educativo em suas diversas facetas: Educação, relações sociais e os negros no Brasil. Cultura e processos identitários. Escola, currículo e projetos pedagógicos para igualdade de oportunidades educacionais.

Outrossim, foi decisiva a participação de membros da organização social do Movimento Negro, para o esquadramento e a qualificação dos estudos e atividades, o que ocorreu pela participação de membros da mesma nas atividades, bem como o aproveitamento de suas pesquisas acerca da escolarização sob as relações raciais no Brasil.

4. Merece realce o dado da presença de uma organização do movimento negro como o NEN, em um estado do sul do Brasil, em que as representações sobre a população invisibilizam, de modo quase unânime, a presença negra. Como parte desta construção está o enaltecimento do desenvolvimento econômico –capitalista! – no estado, pelo trabalho dos descendentes de colonos imigrantes europeus.

5. Entre 2005 e 2012.1 a disciplina *Estudos sobre educação dos negros no Brasil*, foi cursada por 178 estudantes: Pedagogia (89), Serviço Social (68), Letras (5), Ciências Sociais (4), Filosofia (4), Matemática (4), História (1), Biblioteconomia (1), Educação do Campo (1).

Com a matrícula dos/as estudantes de outros cursos, embora pequena, e com a relação com professores/as de redes de ensino, foi-se afirmando de tal modo no cenário do curso, que acabou resultando na presença do tema das relações étnico-raciais como um dos três núcleos articuladores na formulação do Projeto PET PEDAGOGIA –Programa de Educação Tutorial– para o edital SESu/MEC do ano de 2007. Contemplados com um grupo PET no CED, docentes envolvidos com o tema buscaram articular-se de modo a incluir dois temas no projeto do curso, quando do início dos debates sobre sua reformulação: educação de jovens e adultos e educação das relações étnico-raciais. Quanto ao último, os argumentos de que a temática deveria ser integrada aos estudos de vários campos, com da sociologia, da história e mesmo na teoria pedagógica, sugerem a resistência acerca da percepção das especificidades do tema, e mais, da sua densidade como ângulo de leitura da realidade educacional. A metodologia da formulação da proposta para o curso utilizou-se da formação de um GT-Reforma, as reuniões de colegiado do curso e assembleias.

Inicialmente integrada uma proposta de disciplina optativa e um Núcleo de Aprofundamento de Estudos em Educação (NADE), a proposição sofreu reveses nos últimos debates, em 2007/2, com o deslocamento da primeira para a condição de disciplina eletiva. Contudo, a disposição para a inserção do tema, instigada pela, então recente, aprovação da Política de Ações Afirmativas para o vestibular da UFSC, levou à defesa formal pública, em sessão de assembleia do curso, quando da última convocação para deliberação coletiva.

Assim, frente a uma historicidade protagonizada de lutas para a inclusão das Relações Étnico-Raciais na pauta permanente do currículo do curso de Pedagogia da UFSC, a disciplina Diferença, Estigma e Educação, conquistou lugar na primeira fase do curso. Na ementa desta indica a atenção com a constituição intersubjetiva e sua implicação na vida escolar, a saber: Teorias modernas e contemporâneas sobre o juízo perceptivo de si e do outro. Introdução ao estudo sistemático dos conceitos vinculados com os processos de diferenciação individual e social e sua repercussão no contexto escolar. Alteridade, diálogo e ética na educação.

A referida disciplina tem sido ofertada em caráter obrigatório desde o ano de 2009, consideramos esta como uma conquista importante no que tange a estrutura curricular do curso, contudo reconhecemos algumas limitações tais como: a carga horária é insuficiente para tratar das especificidades das Relações Étnico-Raciais no Brasil, principalmente no Sul do Brasil; A disciplina não é específica sobre Relações Étnico-Raciais; Esta se apresenta exclusivamente em uma das fases do curso sem registro do alongamento das discussões transversalizadas por outras disciplinas do curso.

Tendo o exposto até aqui como horizonte, apresentamos algumas análises das contribuições de estudantes da disciplina Diferença, Estigma e Educação ministrada no primeiro semestre de 2016. As análises derivam de um questionário online de avaliação da disciplina aplicado ao grupo de estudantes em que a participação era de caráter facultativo.

Percepções de estudantes acerca da disciplina: possibilidades e desafios do curso de Pedagogia

A educação das relações étnico-raciais é uma das ações que compõem os princípios estabelecidos pelo Parecer N.º CNE/CP 003/2004 das DCN para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana que indicam aos cursos de formação de professores/as o trabalho com as questões raciais como elemento integrante da matriz curricular. Essa determinação, longe de ser efetivada por

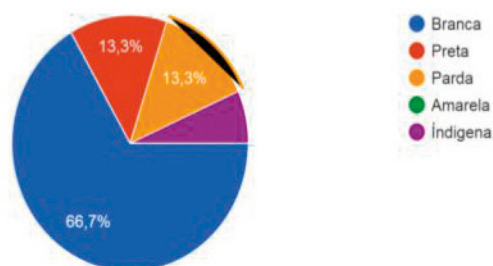
muitas universidades brasileiras, vem sendo transversalizada no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina, por meio da disciplina Diferença, Estigma e Educação, ofertada na primeira fase da formação. Com base em questionários de avaliação de estudantes que realizaram a disciplina, apresentaremos algumas análises das percepções acerca das contribuições reveladas.

O questionário foi respondido por um total de 15 estudantes que possuem entre 18 a 42 anos, sendo que destes, 14 são do sexo feminino e 1 do sexo masculino. Sobre a orientação sexual, 12 responderam ser heterossexuais, 2 bissexuais e 1 preferiu não especificar. Ao serem questionados/as sobre a cor/raça segundo as categorias do IBGE, responderam:

Gráfico 1: Sistematização dos dados de raça/cor dos/as estudantes. Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.

De acordo com o IBGE, como você se autodeclara em relação a cor/raça?

15 respostas



Ainda sobre o perfil dos/as estudantes, ao perguntar sobre a religião identificada, 1 respondeu Umbanda, 1 Evangélica, 5 Católica e 8 assinalaram a opção “Outras”. O tipo de escola que realizou o Ensino Médio também foi indagado, sendo que 9 estudaram em escolas públicas, 5 em privadas e 1 estudou tanto em escola pública quanto privada. Sobre o ingresso na universidade pelo sistema de cotas, 9 estudantes assinalaram a entrada pelas cotas, sendo que destes, 8 foram por cotas por ter estudado em escola pública, e apenas 1, pelas cotas raciais.

A partir do objetivo desta produção selecionamos para análise as respostas das duas últimas perguntas do questionário por considerar que seus diálogos atravessam diretamente as reflexões aqui propostas. Assim, as respostas analisadas derivam das seguintes perguntas: “Quais as contribuições da disciplina para sua compreensão sobre as diferenças nas práticas sociais?” e “Quais dos conteúdos estudados você considera mais significativos para sua atuação futura como professor/a?”⁶

Num apanhado geral as respostas conversam muito entre si, apresentando apropriação dos conceitos de diferença, racismo, estigma, ações afirmativas, bem como a importância em compreensão destes para a prática pedagógica. Ainda, destacamos que parte significativa dos/as respondentes expõe seus primeiros contatos com tais conceitos durante a disciplina.

As contribuições foram me tirar do senso comum o que achava ser correto, e aprender a teoria, ver que na sociedade ao nosso redor, quando alguém faz piada ou crítica de forma preconceituosa devo me posicionar pois esta relação determina a discriminação em nossa sociedade e vai sendo passada para gerações futuras. Ver

6. O questionário de avaliação utilizado neste trabalho foi aplicado através do Formulário do Google docs em modo de preenchimento anônimo. Apresentaremos algumas respostas dos/as estudantes, trazendo a informação da cor/raça para auxiliar nas análises.

7. Para manter o anonimato dos/as estudantes que se dispuseram a responder o questionário que integra esse artigo fazemos referência as suas falas utilizando apenas a palavra “estudante”, acrescida de um numeral que os/as diferencia entre si.

como a discriminação é séria e afeta as pessoas. Entender que uma pessoa pode mudar várias outras, e como podemos ajudar para que esta relação não seja perpetuada. (Estudante 1, Branca)

Os elementos que a estudante aponta acerca dos efeitos causados pela discriminação e preconceito racial existente na sociedade precisam estar presentes nas discussões da formação inicial de professores/as. A percepção trazida nesse excerto demonstra os modos como nos constituímos balizados por uma estrutura que cria e recria padrões e normas fundamentando-se em princípios e ideias racistas. Assumir esse debate nas discussões que abrangem o curso de Pedagogia é primordial para a desconstrução dos preceitos instituídos em nossos imaginários, como pode ser apontado por outra estudante.

Acredito que a disciplina contribui para uma “nova” leitura sobre a sociedade, propiciando uma compreensão de forma mais geral sobre comportamentos, preconceitos, estigmas e a partir da desconstrução desses elementos acredito que isso refletirá nas práticas sociais também. (Estudante 2, Branca)

Para a atuação de profissionais comprometidos/as com as questões étnico-raciais é necessário que a formação inicial incida sobre os modos como as relações sociais e raciais foram constituídas no Brasil. Os conceitos mencionados pela estudante como estigma, preconceito, discriminação, entre outros, devem estar presentes nos debates efetivados nas disciplinas do curso, assim como nas demais atividades realizadas institucionalmente para que possam fundamentar suas práticas pedagógicas. Isso porque, segundo relato de outra estudante, a temática racial “é algo que não é abordado nas escolas e que com certeza deveria” (Estudante 4, Branca). Desse modo, é necessário que os currículos contemplem uma formação que compreenda a história da cultura afro-brasileira e africana, que diz respeito não só a população negra, mas, sobretudo, as histórias de todos/as os brasileiros/as.

Na fala das estudantes 2 e 3 a naturalização do racismo no cotidiano das relações sociais aparece através da exposição de movimentos duplos de antes e depois do contato com as referências apresentadas na disciplina. Ainda, os conceitos chave da disciplina atravessam diretamente as condições de vida da população negra em diversos espaços, fazendo diálogos concretos entre a teoria (abstração) e as realidades sociais (materialidade). Tal como aponta as estudantes anteriores e esta outra: “As contribuições foram significativas, pois abordamos temas importantes, como a discriminação racial, as desigualdades em que essas mesmas têm sofrido historicamente e que até nos dias atuais se apresentam” (Estudante 3, Indígena).

Até o presente momento foram destacadas, majoritariamente, falas de estudantes brancos/as, fazemos destaque a esta informação por compreendermos que a localização racial dos/as estudantes respondentes diz de um lugar social que é confrontado no contato com as referências trazidas na disciplina. Contudo, salientamos que não há viabilidade pensar a educação das relações étnico-raciais na formação na formação docente sem os/as professores/as brancos/as, isto porque compreendemos que os movimentos da luta antirracista não são exclusivos da população negra e que, portanto pessoas brancas assumam suas responsabilidades e privilégios sociais. Dito isto, destacamos que existe um movimento comum nas falas expostas, considerado por um grupo de intelectuais como branquitude. Nesse sentido:

A branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade. (Schucman, 2012, p. 23)

Salientamos o conceito de branquitude para evidenciar que o próprio movimento dos/as estudantes de perceberem como a sociedade brasileira é regida estruturalmente pela raça somente ao adentrarem no espaço da universidade, se configura como um privilégio social e racial. Tal como:

Essa disciplina é uma das mais importantes do curso, porque abre nossos olhos para a realidade, mostra como ser diferente em uma sociedade como a nossa, é bastante difícil. Passei a olhar sem preconceito pra muitas situações, aprendi a me expressar melhor... enfim, disciplina que realmente você vai levar para vida tudo que aprendeu!! (Estudante 5, Branca)

As estudantes brancas evidenciam a importância das discussões realizadas durante a disciplina no sentido de reconhecer a existência do racismo que estrutura a sociedade brasileira, além da percepção dos privilégios materiais e simbólicos que a branquitude possibilita. A pesquisadora Edith Piza (2003) expõe que quando o branco desperta para a sua racialização parece que bateu a cabeça numa porta de vidro. Isso porque os sujeitos brancos não se constituem enquanto um grupo racial, mas sim como uma norma reproduzida nas diversas esferas sociais que produzem uma identidade racial considerada superior. Como demonstra a fala da estudante, a disciplina contribuiu para a percepção de que o preconceito e a discriminação são atravessados pela categoria racial. Além disso, outras dimensões foram trabalhadas durante a disciplina, as quais podem ser expressas na fala da estudante ao ser questionada sobre os conteúdos estudados considerados mais significativos para atuação como professora.

Sem sombra de dúvidas, foi a respeito do racismo, já que boa parte da população brasileira é constituída por negros, também a discussões sobre sexualidade e gênero, achei e acho fundamental, e são coisas que quando me tornar professora sem sombra de dúvidas irei levar para discutir em sala de aula, e deixar bem claro para meus futuros alunos, que ser diferente é normal. (Estudante 12, Branca)

As discussões provocadas durante a disciplina consideraram também a dimensão de gênero como categoria fundamental que marca o processo machista, patriarcal e heteronormativo que balizou as relações sociais no Brasil. Sobre isto, Crenshaw (2002) nos auxilia na discussão quando trata do conceito de interseccionalidade de modo que não é possível pensar os sujeitos sociais por uma perspectiva linear e/ou universalizante, pois os marcadores sociais que os atravessam dizem por quais ângulos as desigualdades sociais e raciais os/as atingem. Nesse sentido, é imperativo ao tratar das desigualdades existentes em nosso país, transversalizar o debate considerando o prisma de raça, classe e gênero para que possamos construir propostas de luta e resistência de modo coletivo, integrando esses debates.

Tão logo, incidir na formação docente através das relações étnico-raciais só é possível a partir de múltiplas interseções em que os sujeitos socialmente marginalizados pela racionalidade hegemônica sejam o foco.

Considerações finais

Tendo no horizonte as reflexões levantadas para atingir o objetivo deste artigo ensaiamos algumas considerações a partir do exposto na certeza de que estas discussões estão longe de cessarem. Nesse sentido destacamos que as relações étnico-raciais na sociedade brasileira são transpassadas por elementos de desigualdades sociais e raciais que atravessam a população negra. Tal fato põe esse grupo racial em situações constantes de subalternidades quando comparadas a pessoas brancas e isto se evidencia nos mais

diversos campos sociais: saúde, educação, assistência social, qualidade de vida, entre outras esferas. No que tange ao campo educacional, nosso foco de discussão, desde 2003, com a aprovação da Lei 10639/03 já é possível percebermos alterações dentro das instituições de ensino, uma vez que esta nos respalda legalmente para incidir nos modos como a racionalidade hegemônica atravessa a educação brasileira.

Tendo como base as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, utilizamos de uma experiência no curso de formação de professores/as de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina através da disciplina Diferença, Estigma e Educação. A disciplina envolveu discussões basilares de conceitos chave para compreensão da organização racial da sociedade brasileira, tais como: raça, racismo, ações afirmativas, desigualdades sociais, diferença, estigma, entre outros. Após avaliação dos/as estudantes podemos inferir que a disciplina representa o primeiro contato, para grande maioria, com assuntos direcionados às relações étnico-raciais.

Ainda, as respostas dos/as estudantes revelam reconhecimentos de privilégios sociais após o findar da disciplina, como também ressaltam a importância dos conceitos abordados para a prática pedagógica num futuro próximo. Aspectos referentes a branquitude também foram identificados nas respostas dos/as estudantes, ainda assim, salientamos que nos localizamos em uma cidade da Região Sul do Brasil em que aproximadamente 85% da população se autodeclara como branca. Tão logo, espera-se que movimentos da branquitude apareçam, visto que existe um confronto ideológico dos/as estudantes com as referências apresentadas, a ponto de que em muitas das falas é recorrente termos que anunciam movimentos de deslocamento de olhares.

Vale destacar que toda experiência proposta nesta disciplina deriva de lutas históricas do Movimento Negro e de professores/as para a discussão das relações étnico-raciais na formação docente, especificamente no curso de Pedagogia da UFSC. Nesse sentido, a própria existência da disciplina já é resultado de lutas para uma educação antirracista.

○ Referencias bibliográficas

- » Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 10(1), 171-188. Recuperado de: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2002000100011&script=sci_abstract&tlng=pt>.
- » Dubet, F. (2008). *O que é uma escola justa?: a escola das oportunidades*. Trad. Ione Ribeiro do Valle. São Paulo: Cortez.
- » FLACSO (2016). Mapa da Violência, homicídios por armas de fogo no Brasil. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).
- » Gomes, N. L. (2012). Movimento Negro E Educação: Ressignificando E Politizando A Raça. *Educ. Soc. Campinas*, 33(120), 727-744.
- » _____. (2017). *O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- » IBGE. (2016). Síntese dos Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira. *Estudos e pesquisas. Informação Demográfica e socioeconômica*, (36). Rio de Janeiro. Recuperado de: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>>.
- » _____. (2017). Síntese dos Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2017. *Estudos e pesquisas. Informação Demográfica e socioeconômica*, (37). Rio de Janeiro. Recuperado de: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>>.
- » Piza, E. (2003). Porta de vidro: entrada para branquitude. En Carone, I. & Silva Bento, M. A. (orgs.), *Psicologia social do racismo. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes.
- » Quijano, A. (2010). Colonialidade do Poder e Classificação Social. En Santos, B. de S. & Meneses, M. P. (orgs). *Epistemologias do Sul*, 73-118. São Paulo: Cortez.
- » Reck, D. N. (2013). Breve história da África e dos africanos e o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas: da historiografia africana à aplicação da Lei 10.639/03. *Revista Latino-Americana de História*, 2 (6).
- » Schucman, L. V. (2012). *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume.

Normativa

- » Congresso Nacional de Brasil (2003). Lei 10639 de 09 de janeiro de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília.
- » Conselho Nacional de Educação (2004a). Parecer CNE/CP 3/2004a. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília. <http://www.mec.gov.br/cne>. (consulta: 17-11-2018).

- » _____. (2004b). Resolução CNE/CP 1/2004. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília. <http://www.mec.gov.br/cne>. (consulta: 15-11-2018).

Joana Célia dos Passos

Graduação em Pedagogia, Mestrado (1997) e Doutorado em Educação (2010) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente no Departamento de Estudos Especializados em Educação do Centro de Ciências da Educação/UFSC na área Organização de Processos Educativos e na disciplina Diferença, Estigma e Educação. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas ALTERITAS: Diferença, Arte e Educação, pesquisadora no Núcleo Vida e Cuidado (NUVIC). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Brasil. Correo electrónico: joana.passos@ufsc.br

Eduarda Souza Gaudio

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Educação pela mesma universidade. Pedagoga pela Universidade Estadual de Santa Catarina. Professora da Rede Municipal de Florianópolis. Pesquisadora associada ao Grupo de Estudos e Pesquisa ALTERITAS: Diferença, Arte e Educação. Universidade Federal de Santa Catarina/ Prefeitura Municipal de Florianópolis, Brasil. Correo electrónico: eduardagaudio@gmail.com.

Pamela Cristina dos Santos

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Pedagoga pela mesma universidade. Pesquisadora associada ao Grupo de Estudos e Pesquisa ALTERITAS: Diferença, Arte e Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Brasil. Correo electrónico: s.pamelacristina@gmail.com.